

Paris e Berlim reestatizaram saneamento após problemas

Mudanças ocorreram depois de aumentos na tarifa e falhas no modelo

/ MEIO AMBIENTE

Nas décadas de 1980 e 1990, grandes capitais europeias concederam a prestação de seus serviços de água e esgoto à iniciativa privada. No entanto, anos depois, cidades como Paris e Berlim acabaram revertendo suas privatizações, num processo que passa por problemas com as empresas que assumiram os contratos e falhas nos modelos regulatórios estabelecidos pelo poder público.

Críticas à qualidade dos serviços, aumentos de tarifa, modelagem contratual equivocada e atuação fraca dos mecanismos de controle ajudam a explicar o movimento de reestatização do saneamento na Europa.

De 2000 a 2015, houve no mundo 235 remunicipalizações de serviços que atendiam a mais de 100 milhões de pessoas. Em 2020, já eram 311, e até agora, em 2024, 364, de acordo com Lavinia Steinfors, geógrafa política e pesquisadora do Transational Institute, uma das instituições por trás da Public Services.

Desses números, grande parte está na França, que abriga 114 cidades, como Lyon, a terceira maior do país, e Bordeaux, no sudoeste do país. Ambas retomaram o controle de suas empresas de saneamento no ano passado.

Em Paris, que viveu 26 anos sob privatização, a remunicipalização foi um processo longo, de sete anos. O serviço de saneamento de Paris foi privatizado em 1984, quando, numa parceria público-privada, duas empresas,



CHRISTOPHE VERHAEGEN/AFP/IC

Em Paris, remunicipalização do serviço perdurou por sete anos

Veolia e Suez, dividiram a cidade entre si.

Um documento do IFC (International Finance Corporation) - consultoria ligada ao Banco Mundial que o governo de São Paulo contratou para conduzir estudos sobre a privatização da Sabesp - avaliou experiências internacionais de reestatização.

No caso de Paris, o contrato de prestação dos serviços de abastecimento durou até 2009, um ano antes do prazo final previsto. O processo de remunicipalização, contudo, começou em 2003, com a criação de uma nova companhia pública, a Eau de Paris (água de Paris), e só foi ser concluído em 2010.

Ao decidir não renovar o contrato, o governo reassumiu a prestação do serviço, que já estava praticamente universalizado. Segundo o estudo do IFC, no período de concessão, mais de 1.100 quilômetros de redes foram construídos, com investimentos que reduziram o desperdício de água por

vazamentos de 24% para 4%.

No entanto, o contrato também passou por estresses. O documento do IFC avalia que parte dos problemas da concessão em Paris estava relacionada a uma atuação fraca do regulador dos contratos.

Já em Berlim, o estudo do IFC mostra que um dos motivos para o fracasso da experiência privada alemã foi a modelagem incorreta feita pelo governo na época da concessão. Um dos desafios, por exemplo, era padronizar e unificar os sistemas de distribuição de água e esgoto na capital. As redes de distribuição da Berlim oriental eram muito mais degradadas que as redes da Berlim ocidental. Isso exigia investimentos diferentes, mas o contrato não detalhava essas peculiaridades.

O documento do IFC pondera que, após a remunicipalização, a tarifa em Berlim teve uma redução, mas os investimentos na conservação e renovação da rede de abastecimento diminuíram.

Israel admite possível 'erro técnico' em ataques que atingiram o Líbano

/ GUERRA

As Forças Armadas israelenses abriram uma investigação para apurar um possível "mal funcionamento técnico" em uma ou mais bombas usadas num ataque dirigido contra alvos do Hezbollah no Sul do Líbano no sábado, mas que podem ter resultado na destruição da casa na qual vivia a brasileira Fatima Boustani, com quatro filhos, na cidade de Saddikine, a aproximadamente 5 km da fronteira com Israel.

As forças israelenses dizem ter realizado "um ataque contra um centro de comando e controle militar do Hezbollah na área de Sddikine, no Sul do Líbano", ou seja, nas mesmas localidade e data em que a brasileira foi ferida. Por causa de uma suposta falha, o ataque pode ter ocorrido "em uma área diferente do alvo designado" e, por isso, "o incidente está sob análise".

A cidade em que a família vive fica numa região a partir de onde o grupo extremista libanês Hezbollah tem realizado ataques contra cidades israelenses, usando mísseis e foguetes. Um desses ataques provocou na segunda (3) um incêndio que levou 48 horas para ser controlado e consumiu 15 km², obrigando o governo de Israel a remover 70 mil pessoas de sua faixa

de fronteira.

No Brasil, o Itamaraty protestou com "indignação" contra o ataque que atingiu a cidadã brasileira, pedindo a Israel "máxima contenção" em suas ações. A nota da chancelaria, porém, não responsabilizava expressamente Tel Aviv pelo ocorrido. Dizia que o episódio havia ocorrido "no contexto de ataques das Forças Armadas israelenses no sul do Líbano, e do Hezbollah no Norte de Israel."

Desde o início do conflito com o Hamas, em 7 de outubro, a Procuradoria de Justiça Militar de Israel já abriu pelo menos 70 investigações formais por crimes de guerra possivelmente cometidos por suas forças. Além disso, o país está sendo julgado na Corte Internacional de Justiça por uma denúncia de genocídio contra os palestinos, feita pelo governo da África do Sul.

Em outra frente, o TPI (Tribunal Penal Internacional) analisa um pedido de prisão feito no dia 20 de maio pelo procurador do tribunal, Karim Khan, contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, por privar palestinos de alimentos, como um método de guerra. Na mesma solicitação, Khan pediu a detenção de três líderes da facção terrorista Hamas.



JOSEPH EID/AFP/IC

Segurança em Beirute, capital do Líbano, foi reforçada ontem

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Prefeito, no uso das atribuições legais, com base na Lei 14.133/21, vem informar a republicação do edital da Lic. 83/2024, Concorrência 02/2024, eis que houve erro de importação para o Portal de Compras, conforme adendo 01 disponível no site www.trespazos.rs.gov.br, ao lado da licitação. Altera a data do certame para o dia 21/06/2024, nos mesmos horários, através do site:

www.portaldecompraspublicas.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES/RS EXTRATO DE REABERTURA DE EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2024

O Prefeito Municipal de Guarani das Missões/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 3.199, de 18 de Julho de 2023, comunica aos interessados da Reabertura da licitação, modalidade Leilão (maior pontuação), objetivando a doação, com encargos, de lotes dotados de infraestrutura para a instalação de empreendimentos industriais, agroindustriais, de produção primária, de comércio e de serviços, bem como a transferência, ampliação ou criação de filiais dos já estabelecidos no território municipal, estadual ou nacional. A data de abertura será no dia 13 de junho de 2024, às 09h00min, junto ao Auditório Sagrada Família, localizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José, à Rua Giruá, nº 190, em Guarani das Missões/RS. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.guaranidasmissoes.rs.gov.br, e junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, à Rua Boa Vista, 265.

Jerônimo Jaskulski – Prefeito Municipal

Taxa de natalidade atinge mínima recorde em 2023

/ JAPÃO

A taxa de natalidade no Japão atingiu mínima recorde pelo oitavo ano consecutivo em 2023, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério da Saúde. Autoridades descrevem o quadro como crítico e pedem um esforço oficial para reverter a tendência.

Segundo as estatísticas, a taxa de fertilidade ficou em 1,2 no ano passado. Os 727.277 bebês nascidos no país em 2023 representam uma queda de 5,6% ante o ano anterior, o nível mais fraco desde o

início da série histórica, em 1899.

Outros dados mostram que o número de casamentos caiu 6%, a 474.717, no ano passado, o que segundo autoridades é uma razão crucial para o recuo da taxa de natalidade. Na sociedade predominantemente tradicional japonesa, nascimentos fora do matrimônio são raros, com grande peso para valores familiares.

Secretário-chefe do gabinete, Yoshimasa Hayashi disse que a situação é "crítica" e que os próximos seis anos serão "a última chance para possivelmente rever-

ter a tendência". Ele afirmou que a instabilidade econômica, dificuldades de equilibrar o trabalho, a criação dos filhos e outros fatores complexos são as razões principais pelas quais os jovens têm dificuldade em decidir casar ou ter filhos.

O Parlamento japonês aprovou ontem uma revisão em leis para elevar o apoio financeiro a pais com crianças ou para aqueles que esperam bebês, bem como para ampliar o acesso a serviços de cuidado para as crianças e expandir benefícios da licença para os pais.